

**COMUNICAÇÃO, MEMÓRIAS E SUJEITOS:  
APROXIMAÇÕES COM OLHARES DE TRABALHADORES RURAIS EM  
ANGOLA<sup>1</sup>**

**COMMUNICATION, MEMORIES AND SUBJECTS:  
APPROACHES WITH VIEWS OF RURAL WORKERS IN ANGOLA**

Flávia de Almeida Moura<sup>2</sup>

**Resumo**

O artigo faz parte de projeto de pós-doutoramento que visa comparar questões de mídia, trabalho e direitos humanos no Brasil (estado do Maranhão) e Angola (províncias do Sul Huambo, Benguela e Huíla). Trazemos reflexões acerca das relações entre Comunicação e memória de trabalhadores rurais angolanos, sistematizadas a partir de trabalho de campo realizado em Angola em agosto de 2018. Nos orientamos por Portelli (2000), concebendo memória como sinal de luta e pelos enquadramentos de memória de Pollak (1992), indicando uma relação entre a memória, o esquecimento e o silêncio. Sistematizamos algumas narrativas dos sujeitos bem como suas representações (HALL, 2010), identidades e identificações (HALL, 2013) sobre o campesinato angolano antes, durante e no pós-guerra.

**Palavras-chave:** Comunicação. Memória. Trabalho. Sujeitos. Angola.

**Abstract**

The article is part of a postdoctoral project that aims to compare media, labor and human rights issues in Brazil (Maranhão state) and Angola (southern Huambo, Benguela and Huíla provinces). We bring reflections about the relations between communication and memory of Angolan rural workers, systematized from field work in Angola in August 2018. We orient ourselves by Portelli (2000), conceiving memory as a sign of struggle and by Pollak's frameworks of memory (1992), indicating a relation between memory, oblivion and silence. We systematized some narratives of the subjects as well as their representations (HALL, 2010), identities and identifications (HALL, 2013) about the Angolan peasantry before, during and after the war.

**Keywords:** Communication. Memory. Job. Subjects. Angola.

---

<sup>1</sup>Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho 2, Memória e vínculos comunicativos, do VI ComCult, Universidade Paulista, Campus Paraíso, São Paulo – Brasil, 08 a 09 de novembro de 2018.

<sup>2</sup>Doutora em Comunicação, professora do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão, e-mail: flaviaalmeidamoura29@gmail.com

## Introdução

O estudo faz parte de projeto de pós-doutoramento<sup>3</sup> que tem como objetivo comparar questões de mídia, trabalho e direitos humanos no Brasil (estado do Maranhão) e Angola (províncias do Sul: Huambo, Bneguela e Huíla).

Para esta comunicação, trazemos algumas reflexões sobre Comunicação e memória dos sujeitos investigados durante trabalho de campo realizado em Angola em agosto de 2018. Buscamos entender as representações (Hall, 2010) bem como as identidades e identificações (Hall, 2013) de três grupos de trabalhadores rurais angolanos com relação ao campesinato no país, relacionando os aspectos de migração envolvendo esses sujeitos antes, durante e no pós-guerra.

Percorremos durante o mês de agosto de 2018 três aldeias (comunidades rurais) localizadas nas províncias do Sul Benguela, Huambo e Huíla e ouvimos relatos de migração e trabalho de camponeses que costumam se deslocar para a capital Luanda em busca da venda de seus produtos agrícolas excedentes e também de outras formas de trabalho para complementação de sua renda, necessária para a reprodução da agricultura bem como para o sustento dos membros da família. Nas aldeias, tivemos acesso aos *sobas*, autoridades tradicionais reconhecidos como “chefes” das comunidades, que nos contaram que a questão da migração não é uma característica específica da atualidade, mas remonta tempos antigos, e esteve relacionada historicamente com os períodos de guerra no país e hoje, apresentam outras motivações, como a questão econômica e a busca pelo trabalho fora das aldeias.

Apresentamos a seguir algumas das narrativas desses sujeitos recolhidas durante o trabalho de campo sobre terra, trabalho e migrações para compreendermos suas representações, identidades e identificações acerca do campesinato em Angola. Como nos orienta Thompson (2002), “descolar as camadas de memória, cavar fundo em suas sombras, na expectativa de atingir a verdade oculta é aproveitar uma oportunidade, é desafiar a subjetividade derivada da percepção humana” (p. 197).

---

<sup>3</sup> O pós-doutorado está sendo realizado de fevereiro a dezembro de 2018 junto ao Programa de Pós-graduação em Sociologia e Antropologia da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) e com bolsa de apoio da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior).

## **Migração e questões de guerra**

Angola<sup>4</sup> possui uma extensão territorial de 1.246.700 km<sup>2</sup>, sendo quase da extensão do Estado do Pará, no Brasil, e uma população de 25.789.024 habitantes, segundo o Censo Populacional de 2014. As três províncias do centro sul de Angola delimitadas neste estudo possuem, junto com a capital Luanda, mais da metade da população de Angola, a saber: Benguela, Huambo e Huíla.

Antes de apresentarmos os dados coletados durante trabalho de campo, realizado em agosto de 2018, vale destacar que a questão da migração em Angola não é específica da atualidade. Devido ao histórico do país, de colonização portuguesa até 1975, seguida de guerras civis que perduraram décadas até 2002, com tentativas frustradas de tratados de paz, o ato de migrar para fugir da guerra é comum nos relatos e no imaginário dos angolanos.

Após a independência em Angola em 1975, o país vivenciou décadas de guerra civil. Luanda, sua capital fundada pelos antigos colonizadores portugueses em 1576, se via numa enxurrada de pessoas oriundas de outras províncias mais lesadas. A guerra desterrou milhares de angolanos de suas terras natal, tornando assim, a capital, a zona de refúgio da população. Destes, viam pessoas principalmente do Norte e do Sul. Entre eles, encontramos os povos da província do Bengo, Cuanza Norte, Malanji, Zaire, pelo Norte, e Benguela, Cuanza Sul, Huambo e Huila pelo Sul. Grupos que por sua vez apresentavam hábitos linguísticos, culturais e sociais diferentes. Três fatores são importantes durante esse processo, tais como, o deslocamento em massa para o centro-capital, a instabilidade econômica e, por último, a ausência de políticas públicas que desse conta da realidade como um todo que o país enfrentava (Santos, 2013).

Portanto, a guerra civil que se estendeu por 27 anos (desde a Independência de Portugal, em 1975 até 2002) constituiu motivações significativas para processos migratórios históricos em Angola, com algumas características de emigração para outros países vizinhos, na África. É comum ouvir nos relatos dos migrantes contemporâneos que a situação de migração também era comum entre seus pais ou avós, mais precisamente por motivos de guerra. Neste sentido, a capital Luanda constituiu-se a principal região receptora de migrantes

---

<sup>4</sup> Angola, oficialmente República de Angola, é um país da costa ocidental da África, cujo território principal é limitado a norte e a nordeste pela República Democrática do Congo (RDC); a leste pela Zâmbia, a sul pela Namíbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Inclui também o enclave de Cabinda, através do qual faz fronteira com a República do Congo, a norte.

principalmente das províncias da região sul, mais populosas e afetadas diretamente durante os anos de Guerra; constituindo assim o principal destino.

Atualmente, o principal motivo das migrações do Sul para o Norte do país não está mais relacionado à questão da guerra, mas sim à questão econômica. Tanto para a comercialização dos produtos agrícolas excedentes da agricultura de subsistência quanto para a busca de trabalho a fim de complementar a renda das famílias. A maior parcela dos migrantes disputa espaço na economia informal em Luanda e adjacências da capital do país ou ainda em capitais das províncias que são originários. Além da venda dos produtos agrícolas, esses migrantes realizam serviços gerais como carregadores de mercadorias em armazéns, chamados de *bagageiros*, ou ainda para o deslocamento das mesmas para pequenas distâncias com carros de mão, construídos em geral de madeira. Esses são chamados de *raboteiros*. Essas duas atividades são mais ocupadas pelos homens. O ato de vender, seja em mercados informais abertos, denominados em Angola como *praças*, seja de forma ambulante, nas ruas, é denominado de *zunga*; e quem exerce essa atividade são denominados de *zungueiros*. Como a maior parte da venda é feita por mulheres, a categoria é mais utilizada no feminino: *zungueiras*. (Santos, 2013)

O fato é que os períodos de guerra em Angola geraram um processo de extrema ruptura (Fanon, 2005), no qual houve uma mudança com o êxodo rural em massa para as cidades, fazendo com que muitas pessoas migrassem em busca de melhores refúgios nas zonas urbanas, mas que nem por isso as estruturas das cidades do centro e da periferia mudaram os *modus operandi* das formas de vida do campesinato. Portanto, a colonização e a guerra civil em Angola foram dois fatores relevantes no processo da configuração atual social do país. E os relatos recolhidos sobre terra, migração e trabalho demonstram essa problemática que, de alguma forma, foram acessados a partir da memória ou do silenciamento dos sujeitos neste estudo.

### **Memória e silenciamento como sinal de luta**

Durante conversas com os trabalhadores rurais na ocasião de visitas às aldeias localizadas no sul de Angola, as questões de migração apareceram nas narrativas como sendo algo comum às pessoas bem como às suas famílias desde há muito tempo; isto é, não se trata de um fenômeno contemporâneo. Os motivos dos deslocamentos desde a Independência do

país, em 1975, até 2002, estavam sempre ligados à guerra civil que perdurou no país por 27 anos. As perseguições políticas de lideranças e familiares de partidos de oposição eram os principais motivos da necessidade de migrar, além, é claro, da segurança física e também da falta de alimentos e consequente impossibilidade de reprodução familiar neste período.

A região sul de Angola foi muito afetada nos combates, uma vez que uma das províncias, Huambo, sediou uma resistência da UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), partido de oposição ao MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), que lutaram pela Independência de Portugal e, após conquistarem, lutaram entre si para o controle do governo. Também a província da Huíla e Benguela foram fortemente afetadas nos combates e, por este motivo, grande contingente de pessoas tiveram de migrar durante o período de guerra do sul para o norte de Angola.

Segundo Katiavala (2016), os deslocamentos forçados para as zonas urbanas em busca de segurança causaram alterações profundas no mundo rural principalmente pelo abandono das plantações e mesmo dos povoamentos (residências). De acordo com o sociólogo angolano, estima-se que entre 1998 e 2002, mais de 4 milhões de camponeses tiveram que se deslocar neste período. Com o fim da guerra, em 2002, não houve o regresso esperado das pessoas para as aldeias de origem, uma vez que as famílias foram se estabelecendo em outras localidades, principalmente nas imediações da capital Luanda, onde atualmente há um grande contingente populacional com relação ao restante do país. Localidades ficaram, por algum tempo, completamente desabitadas.

Na aldeia de Cavissi II, localizada no município da Cacula, província da Huíla, uma das três que visitamos em agosto de 2018, encontramos um grupo de mulheres mais velhas da localidade, que contaram um pouco sobre esses deslocamentos:

No tempo colonial, a gente já vivia aqui. No tempo dos escravos. A gente chegou a trabalhar quando criança para os colonos. (...) Nossos bisavós já andavam por Luanda para conseguir algum negócio; com a venda de alguns produtos que eles conseguiam plantar. Naquela época, o café era o principal produto plantado na região, mas a gente tinha que sempre sair para trabalhar em outras regiões para fugir da seca e, depois de 1975, da guerra<sup>5</sup>. (Trecho de entrevista concedida por

---

<sup>5</sup> As entrevistas realizadas nas três aldeias visitadas no sul de Angola tiveram tradução simultânea de agentes da ADRA (Acção para o Desenvolvimento Rural de Angola), ONG que atua nas localidades visitadas. Os entrevistados, em geral, entendiam o português, mas pouco falavam. A língua nacional falada nesta região é *umbundo*, originária do povo da linhagem *ovimbundo*, etnia *bantu* de Angola.

Maria<sup>6</sup>, 96 anos, moradora da aldeia Cavissi II, Cacula, Huíla, Angola, agosto de 2018)

Meus pais foram nascidos aqui. Os bisavós chegaram do Norte. Em 1986, saímos daqui para Kipungo (município próximo) por conta da guerra. Ficamos lá por muito tempo. Voltamos em 2003, depois da guerra. Quando voltamos, aqui não tinha nada mais de plantação aqui. Tivemos de fazer tudo de novo...reconstruir do zero. (...) Antes era muito duro. Agora tá melhor, até porque não tem que sair no susto. (Trecho de entrevista concedida por Joana, 92 anos, moradora da aldeia Cavissi II, Cacula, Huíla, Angola, agosto de 2018)

As narrativas remontam a ideia do sofrimento do passado em detrimento de um presente “mais calmo” ou “menos duro”, principalmente por conta do fim da guerra e da ideia de reconstrução nacional, que perpassa a reconstrução da agricultura e consequentemente da vida dos camponeses.

Quando as narrativas tratavam sobre algo do passado, as vozes autorizadas a falar sempre eram dos mais velhos, e os *sobas* sempre davam a legitimidade a eles. Mas quando o assunto era terra, campesinato e migrações contemporâneas e os jovens falavam, os *sobas* exerciam sua autoridade e, em alguns casos, cerceavam as falas, silenciando-os.

Durante o trabalho de campo, percebemos que havia um jogo de disputas que oscilava entre relatos de memória e silenciamentos, presentes nas narrativas dos camponeses. Atribuímos esse jogo como formas de estratégia de sobrevivência desses grupos sociais, que devido principalmente a questões políticas e de guerra, tiveram que se deslocar para outras regiões do país ou até mesmo de países vizinhos, como o caso do Congo, e desde 2002 começaram a retornar aos seus locais de origem, ou pelo menos, aos locais onde haviam familiares e terra necessária para a reprodução das famílias. Os silenciamentos vinham, muitas vezes, principalmente quando a questão dizia respeito ao posicionamento político do grupo, uma vez que os sujeitos investigados possuem um histórico de perseguição e represálias por questões políticas.

Também percebemos disputas de poder dentro dos grupos sociais investigados e uma certa hierarquização dos discursos das autoridades tradicionais, reconhecidas nas aldeias na figura dos *sobas*, em detrimento dos mais jovens. A metodologia do trabalho de campo, que contou com entrevistas coletivas e individuais, deixou essas disputas mais visíveis. As

---

<sup>6</sup> Os nomes dos entrevistados são fictícios para preservação da identidade dos mesmos.

mesmas pessoas entrevistadas individualmente (no caso dos mais jovens), quando estavam no grupo, principalmente mediado pelo *soba*, pouco falavam ou silenciavam em algumas questões; às vezes as mesmas que tratadas individualmente e que contavam com uma narrativa própria; como por exemplo a questão da posse da terra; ligada à família e às formas de legalização das mesmas.

Para Bertaux (2010), em seu estudo sobre narrativas de vida, a intervenção das mediações sinalizadas não afeta necessariamente a estrutura diacrônica das situações, acontecimentos e ações que balizaram este percurso. “Para empregar uma metáfora, seu “desenho” está bem restituído; por outro lado, a rememoração pode modificar retrospectivamente suas *cores*”. (p. 52). Segundo o autor (2010), existem mediações subjetivas e culturais entre a experiência vivida “bruta” e a sua narrativa. Entre uma situação social ou um acontecimento e a maneira pelo qual eles são “vividos” no momento pelo sujeito, por exemplo, se interpõem seus *esquemas de percepção* e de *avaliação*.

Entre a memorização das situações, acontecimentos e ações e sua evocação ulterior se interpõe a mediação das *significações* que o sujeito lhes atribui retrospectivamente, através da *totalização* mais ou menos reflexiva que fez de suas experiências (totalização que não pode deixar de levar em conta as percepções e avaliações destes mesmos acontecimentos ou atos *por seus próximos*). Entre o que ele viveu e totalizou e o que consente dizer hoje se interpõem, ainda, outras mediações. (BERTAUX, 2010, p. 51)

O fato é que notamos a questão da memória e do silenciamento como estratégias dos camponeses recontarem a sua própria história, bem como a história do seu lugar e de seus familiares e ancestrais, preservando suas identidades e principalmente tendências políticas. Neste sentido, Orlandi (2007) afirma que o silêncio foi relegado a uma posição secundária, como o “resto” da linguagem. Em contraposição a isso, ela diz que há sentido no silêncio e que todo dizer é uma relação fundamental com o não-dizer.

Há um modo de estar no silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras (...) o estudo do silenciamento (que já não é silêncio, mas ‘pôr em silêncio’) nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do ‘implícito. (ORLANDI, 2007, p.11-12)

O silenciamento foi mais perceptível, durante visitas nas aldeias, quando o assunto era principalmente política, religião, terra e ancestralidade. Outro assunto que não foi perguntado, mas apareceu durante a conversa foi a questão da poligamia, ainda comum nas aldeias

visitadas. Quando questionados sobre esses assuntos, os camponeses ou silenciavam, ou pouco falavam, alegando às vezes esquecimento ou mesmo desconhecimento dos assuntos tratados. Em contextos mais informais das visitas, como na hora de almoçar ou caminhar pela aldeia para conhecer o espaço físico e o *roçado*, esses assuntos acabavam aparecendo de outras formas, mais naturalizadas na fala dos informantes.

Em geral, quando havia a presença do *soba* ou de algum *sekulo*, como é chamado o auxiliar do *soba*; ou o assunto era comentado por eles ou era silenciado pelos camponeses, principalmente os mais jovens. Na tentativa de aproximação sobre os sentidos da ancestralidade e a questão fundiária, ao tocar no assunto da prática de religiões nativas africanas, conhecidas popularmente por eles como *feiticeira*, a resposta era sempre recorrente: de que na aldeia, haviam católicos e evangélicos e de que os *feiticeiros* e *curandeiros*<sup>7</sup> eram coisas do passado, com alguns poucos resquícios, mas que naquelas localidades não mais haviam estas práticas.

Também sobre a poligamia, um informante nos contou durante o almoço que o *soba* daquela aldeia que visitávamos tinha três famílias e explicou que para cada mulher, ele tinha uma porção de terra a mais para a reprodução daquela família e que os filhos de cada casamento ajudavam no plantio, manutenção da terra e colheita. Enquanto ele contava, os outros informantes riam e conversavam entre si na língua nativa *umbundo*. O assunto não apareceu durante a entrevista coletiva na mesma aldeia, quando falávamos de questão fundiária e propriedade da terra.

Portelli (2000) nos adverte que a memória não deve ser encarada como preservação da informação, mas como sinal de luta e como processo em andamento. Vale destacar que as províncias visitadas foram altamente impactadas pela guerra civil, com fortes consequências de insegurança alimentar e de violência física e simbólica, que perduram até os dias atuais, principalmente nas questões políticas e religiosas.

Neste contexto, Pollak (1992) lembra que falar de memória é falar de uma relação tríade entre a memória, o esquecimento e o silêncio. Diz que há enquadramentos de memória

---

<sup>7</sup> Há uma diferenciação feita pelos informantes entres *feiticeiros* e *curandeiros*. Os primeiros, sendo responsáveis por trabalhos espirituais e também considerados adivinhos; enquanto os segundos sendo responsáveis pela cura das doenças e pragas que acometiam as aldeias, geralmente manipulando raízes e plantas para a confecção de remédios naturais.

— para ele, um termo mais específico do que memória coletiva de Halbwachs<sup>8</sup> (1990) — e que a memória pode se transformar num objeto de poder.

A memória coletiva, organizada, oficial de uma nação é lugar de disputa de poder e sofre, constantemente, enquadramentos. Há um jogo, uma trama em negociação, há memórias subterrâneas que buscam o tempo todo um “lugar ao sol”, um lugar para serem, no presente, lembradas pois podem ser silenciadas mas não, necessariamente, esquecidas. A seletividade do que pode ou deve ser lembrando é uma das características da memória apresentadas por Pollak (1992, p. 203): “a memória é seletiva. Nem tudo fica gravado. Nem tudo fica registrado”. Atualmente nos mostramos atormentados com as atividades de lembrar, nossa cultura está obcecada com a memória e dessa forma, “está também de alguma maneira tomada por um medo, um terror mesmo, do esquecimento” (Huysen, 2000, p. 19).

### **Representação, identidade e identificação dos sujeitos investigados**

Percorremos durante o mês de agosto de 2018 três aldeias (comunidades rurais) localizadas nas províncias do Sul Benguela, Huambo e Huíla e ouvimos relatos de migração e trabalho de camponeses que costumam se deslocar para a capital em busca da venda de seus produtos agrícolas excedentes e também de outras formas de trabalho para complementação de sua renda, necessária para a reprodução da agricultura bem como para o sustento dos membros da família.

O perfil de quem migra é prioritariamente homem e jovem, de 18 a 25 anos principalmente, podendo haver casos de mulheres que saem das comunidades rurais mais para a comercialização dos produtos agrícolas nos principais centros comerciais das províncias de origem ou mesmo da capital do país. Também ouvimos relatos de homens que saem mais cedo, a partir dos 15 anos de idade e que acabam prestando serviços para o comércio informal, já supracitados anteriormente, ou ocupam postos de trabalho tanto na construção civil quanto nas fazendas empresariais, em geral com sistemas de diárias ou de trabalho por produção.

---

<sup>8</sup> Halbwachs (1990) desenvolve seu pensamento em torno de uma questão fundamental: existe uma parte de nossa memória individual construída pela sociedade e há uma parte da sociedade que funciona como memória. Portanto, a memória deve ser entendida como um fenômeno social e coletivo, logo, é submetido a mudanças, transformações e flutuações.

Em geral, os produtos mais plantados nas aldeias visitadas são milho, mandioca, feijão, batata rena<sup>9</sup>, cenoura, abóbora, amendoim (chamado de *ginguba*) e algumas hortaliças. Segundo os relatos, as crianças começam a trabalhar ajudando os pais na lavoura a partir dos 10 anos. Mas antes disso, já ajudam em serviços de casa ou mesmo para *pisar* o milho, a massambala ou o massango<sup>10</sup>. Embora as famílias, em geral, possuem plantações para subsistência e ainda algum excedente para vendas, em geral é relatado que precisam complementar a renda com trabalho fora da agricultura e, conseqüentemente, também fora da aldeia. Daí a necessidade da migração.

Seu João<sup>11</sup>, de 56 anos, morador da aldeia Sakaliñga, localizada no município da Caála, na província de Huambo, nos contou que já migrou várias vezes para a capital Luanda e que tem familiares (filhos e sobrinhos) na região de Kikuxi, província de Luanda, trabalhando em fazendas agrícolas empresariais. Ele afirmou que já se deslocou por necessidade de complementar a renda familiar. Saiu algumas vezes para vender alguns produtos excedentes de sua lavra<sup>12</sup> e também acabou prestando alguns serviços no comércio informal em Luanda como *bagageiro* em armazéns localizados no bairro do Benfica, em Luanda.

Entendemos representação a partir de Stuart Hall (2003), entendida como um processo histórico, ideológico, cultural e político do indivíduo no seu contexto social. Segundo Hall (2010), representação significa usar a linguagem para dizer algo com sentido sobre o mundo ou para representá-lo de maneira significativa para as outras pessoas. Dessa forma, a representação é entendida como uma parte essencial do processo mediante o qual se produz e troca sentidos entre os membros de uma mesma cultura. Representar implica no uso da linguagem, dos signos e das imagens que estão no lugar das coisas, que as representam. Mas o autor ressalta: não trata-se de um processo direto e simples.

Os sujeitos investigados nesta pesquisa representam-se como camponeses, mesmo que estejam em situações de trabalho informal nos centros urbanos. A relação com a terra como reprodução familiar e ancestralidade está além da questão territorial ou das circunstância

---

<sup>9</sup> Conhecida no Brasil como batata inglesa.

<sup>10</sup> A massambala e o massango são cereais muito comuns na região Sul de Angola, principalmente na província da Huíla, onde o clima é mais seco e árido. O principal alimento que é feito desses cereais é o funge, uma espécie de pirão; um acompanhamento culinário típico de Angola, também confeccionado com farinha de milho (amarelo ou branco) ou de mandioca (mais na região norte), base da alimentação principalmente das populações rurais em todo o país. Do massango, também é feita uma bebida tradicional fermentada, conhecida como macau.

<sup>11</sup> Nome fictício para fins de preservação da identidade.

<sup>12</sup> Nome dado a pequenas roças de subsistência; unidade de medida similar à que se chama no Maranhão de linha de roça plantada.

temporária e sazonal dos migrantes estarem na zona rural ou urbana, uma vez que há trânsito entre essas esferas e o campesinato perpassa esses espaços como forma de identidade coletiva do grupo. Ao perguntar para um *bagageiro* em Luanda sobre trabalho, ele se identificou como camponês, mesmo estando naquele momento ocupando um outro ofício, na cidade.

Partimos do entendimento de Hall (2013) sobre a identificação como um processo de articulação, uma suturação sujeita ao jogo da diferença. Percebemos este movimento nas conversas com os entrevistados. Notamos aqui a identificação dos sujeitos enquanto camponeses operando por meio da diferença (mesmo que estejam fora do campo) e envolvendo um trabalho discursivo ao retratar o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, o que Hall (2013) chama de produção de “efeitos de fronteira”. Neste sentido, os “efeitos de fronteira” dos migrantes investigados nesta pesquisa podem ser entendidos como formas de resistência sobre as principais características de pertencimento que os identifica no mundo, isto é, sobre suas identidades reconstruídas, a cada momento, a partir dos relatos de memória.

### **Considerações finais**

O presente artigo apresentou parte de um trabalho em andamento, que busca fazer uma comparação entre mídia, trabalho e direitos humanos junto a trabalhadores rurais no Brasil e em Angola. Nesta comunicação, focamos na sistematização dos dados, também em curso, de um trabalho de campo realizado em Angola, em agosto de 2018, em três aldeias localizadas em províncias do sul do país. Nosso interesse aqui foi mostrar as relações entre memória e identidade dos sujeitos pesquisados e principalmente o jogo de forças e as disputas entre os relatos de memória e os silenciamentos e esquecimentos contidos nas narrativas recolhidas.

Tivemos a oportunidade de ter acesso a algumas formas de organização tradicionais, como o *sobado*, sistema no qual cada aldeia tem o seu “chefe maior”, o *soba*, e seus auxiliares, os chamados *sekulos*. Essas lideranças são reconhecidas e legitimadas pelas comunidades e os cargos passam ou de pai para filho, como acontece ainda em muitas localidades, ou os chefes são eleitos pelo grupo social e reconhecidos como autoridade máxima. Percebemos que o *sobado* tem um poder na reconstrução das narrativas dos sujeitos, principalmente com relação a questões políticas e de guerra e, em sua maioria, já estão ligados aos partidos ou aos poderes locais, como a administração municipal ou provincial, havendo aí

uma sobreposição de papéis de uma organização social mais tradicional, do *sobado*, para uma mais burocrática, do Estado.

Com relação ao principal interesse da pesquisa, de entender as representações dos sujeitos sobre o trabalho e o campesinato, os *sobas* também apresentam um papel importante junto aos camponeses sobre suas narrativas acerca das relações com a terra e o trabalho e mesmo com a ancestralidade. “Aqui a terra é de família. Ainda não temos o documento, mas vamos ter em breve”.

Também sobre questões polêmicas, como política e religião, os *sobas* em geral dão a primeira, e por vezes a última palavra: “Aqui não tem mais feitiço. (...) A religião que se pratica na aldeia ou é católica ou protestante” ou ainda “Aqui tem gente tanto do MPLA quanto da UNITA”.

Identificamos a memória como um sinal de luta e também como uma estratégia de sobrevivência dos camponeses, muitas vezes tendo como porta voz dessas condições a autoridade tradicional da aldeia, representado pela figura do *soba*, que também é camponês. Entendemos que as mediações podem interferir nesta interpretação, mas o pouco que pudemos conviver e ouvir os relatos, nos leva a crer que os processos de colonização e guerra civil são fatores centrais na construção ou reconstrução das memórias desses sujeitos.

## Referências

- BERTAUX, D (2010). *Narrativas de vida: a pesquisa e seus métodos*. Natal, EDUFRRN; São Paulo, Paulus.
- ESTERCI, N. (1994). *Escravos da desigualdade: um estudo sobre uso repressivo da força de trabalho hoje*. Rio de Janeiro, CEDI.
- FANON, F. *Os condenados da terra*. Ed. UFJF. Minas Gerais, 2005.
- HALBWACHS, M. (1990). *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, Revista dos Tribunais.
- HALL, S. (2010). El trabajo de larepresentación. In *Sin garantías: Trayectorias y problemáticas en estudios culturales*. Perú/Colômbia/Ecuador.
- \_\_\_\_\_. Quem precisa de identidade? (2013). In SILVA, Tomaz Tadeu. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ, Editora Vozes.
- HUYSSSEN, A (2000). *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro: Aeroplano.
- KATIAVALA, J. (2016) *O processo de diferenciação socioeconômica dos produtores agrícolas na província de Huambo: um estudo de caso da aldeia do Kapunge, município da Kaála*. Dissertação

defendida pelo Mestrado em Agronomia e Recursos Naturais da Faculdade de Ciências Agrárias da Faculdade José Eduardo dos Santos, Luanda, Angola.

MOURA, F. (2016). *Trabalho Escravo e Mídia: olhares de trabalhadores rurais maranhenses*. São Luís. EDUFMA.

ORLANDI, E. (2007) *As formas do silêncio: no movimento dos sentidos*. Editora da Unicamp, Campinas.

POLLAK, M. (1992) Memória e identidade social. *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-215.

PORTELLI, A. (2000). Memória e diálogo: desafios da história oral para a ideologia do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena. (Org.). *História oral: desafios para o século XXI*. Rio de Janeiro : Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getulio Vargas. ePub [livro eletrônico].

SANTOS, O. (2013). *Mamãs quitadeiras, Kinguilas e zungueiras: trajetórias femininas e cotidiano de comerciantes de rua em Luanda*. *Revista Angolana de Sociologia*. Dezembro de 2013. p. 1-23.

THOMPSON, Paul. (2002). *A voz do passado: história oral*. 3.ed. Rio de Janeiro. Editora Vozes.